

Política

Decisão do STF sobre nepotismo 'afronta a Constituição', diz especialista

Fernanda Bassi Do UOL, em São Paulo

26/10/2025 05h30

44



Estátua da Justiça em frente ao prédio do STF, em Brasília

Imagem: Ueslei Marcelino/Reuters



Ouçá agora

Powered by **Trinity Audio**

00:00

10 10 1.0x

05:55

Ler resumo da notícia ▾

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votou favoravelmente à nomeação de parentes para cargos políticos, como secretários municipais e estaduais, e até ministros de Estado. Especialistas no tema ouvidos pelo **UOL** apontam que a decisão é um retrocesso e afronta a Constituição.

O que aconteceu

O Supremo começou a julgar na última quinta-feira a contratação de parentes por autoridades do Poder Executivo. O julgamento trata especificamente de uma lei da cidade de Tupã (SP), que permitiu a nomeação de parentes de autoridades para o cargo de secretário municipal. A decisão, porém, tem repercussão geral, ou seja, será aplicada para todos os casos semelhantes.

Até o momento há seis votos favoráveis à liberação. O relator, ministro Luiz Fux, foi seguido por Cristiano Zanin, André Mendonça, Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.



Josias de Souza

A volta de gafanhotos em RR e a corrupção rotineira



Daniela Lima

Pressão de Fachin no STF por código amplia divisão



PVC

Corinthians pode pagar dívidas e ser campeão



Juca Kfour

São Paulo amanhece em preto e branco

Com a decisão, o STF passa a mensagem que o nepotismo é "aceitável e até recomendável". A avaliação é do sociólogo e professor da UFPR (Universidade Federal do Paraná), Ricardo Costa. Segundo o especialista, a prática "faz parte da cultura política brasileira" e a decisão da corte "chancela e até apoia a continuidade e a ampliação das relações de parentesco no Estado".

“ O nepotismo é um elemento que bloqueia a pluralidade e a representação de grupos excluídos. Concentra poder, recursos, dinheiro e cargos, e tende a ter uma grande reprodução eleitoral. ”

Sociólogo Ricardo Costa, em entrevista ao UOL

Miguel Godoy, advogado e professor de Direito Constitucional da UnB (Universidade de Brasília) e da UFPR, classificou o entendimento dos ministros como "um erro". Segundo ele, "a decisão do STF, longe de proteger, afronta a Constituição" ao permitir "que as autoridades políticas tratem como privados os principais cargos públicos do Estado".

Flávio Dino foi o único a divergir. O argumento do ministro seguiu na mesma linha do que disse Godoy. De acordo com Dino, a prática de nomear parentes transforma o espaço público em extensão do espaço privado. O julgamento deve ser retomado na próxima semana. Ainda faltam se manifestar Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Edson Fachin.

Parentes só em cargos políticos

STF diferenciou contratação para cargos de natureza administrativa dos de natureza política. O primeiro caso refere-se a cargos comissionados ou funções de confiança na administração pública, que geralmente são preenchidos por servidores concursados. A contratação de parentes até o terceiro grau para essas funções pode ser enquadrada como improbidade administrativa. Nada muda nessas situações, ou seja, um prefeito não pode nomear sua filha como assessora em seu gabinete.

Já a contratação para cargos de natureza política foi considerada constitucional pela maioria dos ministros. Isso quer dizer que cônjuges, companheiros e parentes até o terceiro grau podem ser contratados para chefiar secretarias estaduais e municipais e como ministros de Estado.

Diferenciação feita pelo Supremo "é uma interpretação errada" e não está prevista na Constituição, segundo Godoy. O advogado afirmou que o entendimento "mitiga, enfraquece e esvazia o princípio republicano da personalidade e da moralidade, e por isso é uma interpretação não admitida".

Em seu voto, Fux reconheceu a possibilidade de nomeação de parentes para cargos políticos desde que atendidos critérios de qualificação técnica e idoneidade moral. Para Marina Atoji, diretora de Programa da Transparência Brasil, as

ressalvas não são suficientes para justificar nomeações de parentes. A especialista classificou os critérios como "amplos e pouco concretos", e ressaltou que o nepotismo abre "brecha para a corrupção".

“ Principalmente no âmbito municipal e estadual, isso acaba ficando sem fiscalização. Em muitas cidades, também tem menos cobertura de imprensa e isso acaba passando batido. ”

Marina Atoji, da Transparência Brasil

Exemplo internacional mostra que nepotismo não vale a pena

"Em democracias consolidadas, essa prática é vedada", afirmou Godoy. O advogado citou leis federais dos EUA, Reino Unido, França e México que proíbem o nepotismo. As normas "bloqueiam a contratação de familiares e estabelecem padrões que tornam tais indicações politicamente inviáveis", afirmou. Especialista ainda comentou que a diferenciação entre cargos administrativos e políticos também não é comum.

Além de bloqueio jurídico, alguns países têm impedimento cultural e ético, destacou Costa. "Em vários estados, parentes não são considerados, tão pouco nomeados para cargos políticos comissionados", disse o sociólogo.

Porém, escândalos ligados à prática não são incomuns mundo afora. O presidente dos EUA, Donald Trump, [nomeou o genro como alto assessor da Casa Branca](#) em seu mandato anterior.

Na América Latina, o presidente da Argentina, Javier Milei, alterou um decreto no início de seu governo para nomear sua irmã, Karina Milei, como secretária-geral da Presidência. Hoje, ela é investigada por envolvimento em [esquema de corrupção ligado à compra de medicamentos](#).

“ O exemplo da Argentina é a prova de que essa flexibilização que o Brasil estabelece agora por decisão do Supremo é uma péssima ideia, mostra como estamos caminhando no sentido errado, no sentido diferente das democracias mais consolidadas. E como um governo populista, como o do Milei, que revogou o decreto antinepotismo, fez com que seu próprio governo, sua própria irmã embarcasse em aventuras de corrupção. ”

Advogado Miguel Godoy

Decisão ainda vai contra Convenção das Nações Unidas de combate à corrupção. Segundo o texto, a contratação em cargos públicos deve obedecer a critérios objetivos, como mérito, equidade e aptidão do indicado ao cargo, citou Atoji.

Veja também

44 comentários

O autor da mensagem, e não o UOL, é o responsável pelo comentário. Leia as [Regras de Uso do UOL](#).

Vergonhoso Parabéns ao Dino, o único sensato dessa Corte

há 2 meses

17 Responder Denunciar

2 respostas

Neli Aparecida de Faria

Data vênua! O STF aplicou o princípio existente implicitamente nessa triste quadra: o Brasil existe apenas para sustentar políticos e poderosos! O nepotismo contradiz princípio da Moralidade que existe na Constituição Nacional. E a Corte deve julgar de acordo com a Constituição e não aplicar esse princípio. Na hora que o Brasil tiver Estadista na República, acabará com cargos em comissão. A confiança do Governante está na competência e não em laços sanguíneos, de amizade ou partidário. Por fim, contratar parentes, amigos ou cabos eleitorais, é um golpe contra a Democracia, porque o político se mantém no Poder(municipal, estadual ou federal), sem ser através das eleições.

há 2 meses

15 Responder Denunciar

3 respostas

Decisao esdruxuia que deve ser revista. Em vez de moralizarem e qualificarem o serviço publico retornaram a carroça pra epoca do Brasil Colonia e do Primeiro Império, em que os parentes dos poderosos eram nomeados para "ajudar" no governo do território. Santo atraso.

UOL FLASH

GENERAL RUSSO MORRE EM EXPLOÇÃO DE CARRO-BOMBA

Ações contra pré-candidatos da direita ao Senado põem STF na mira em 2026

Leticia Casado
Colunista de Notícias

DESTAQUES DA MANHÃ

UOL FLASH

As conexões da falida mineradora Buritirama com o banqueiro Daniel Vercaro

Mariana Barbosa
Colunista de Economia

Acesse o UOL Flash

As mais lidas agora

Dudu Camargo e Saory Cardoso oficializam namoro com aliança: 'Foi na cama'

Ações contra pré-candidatos da direita ao Senado põem STF na mira em 2026



Com Rodoanel, Tarcísio inicia entrega de obras atrasadas de gestões do PSDB



São Paulo amanhece em preto e branco



Por que é errado chamar motor de avião de turbina (e o que é o quê, afinal)

Política



Josias de Souza

Volta de gafanhotos em Roraima expõe tipo rotineiro de corrupção

22/12/2025 08h53



Lula sanciona alta de 8% em salários do Judiciário em 2026, mas veta reajuste em 2027 e 2028

22/12/2025 08h22



Reta final desidrata presidente da Câmara e líderes da esquerda à direita

22/12/2025 05h30



Com Rodoanel, Tarcísio inicia entrega de obras atrasadas de gestões do PSDB

22/12/2025 05h30



Daniela Lima

Pressão pública de Fachin por código de conduta amplia fragmentação no STF

22/12/2025 05h30



PL do Streaming: Estimativas de arrecadação divergem em até R\$ 540 milhões

22/12/2025 05h30



PGR: violação de tornozela de Bolsonaro é irrelevante no caso com prisão

21/12/2025 20h29



Cotidiano

Foragido, Alexandre Ramagem vai dar curso online, anuncia mulher

21/12/2025 18h50



Josias de Souza

Dino exhibe pré-estreia do show de 2026: o golpe das emendas

21/12/2025 18h34



Cotidiano

Paes critica mudanças em voos para o Santos Dumont; Anac rebate

21/12/2025 18h19



Congresso disputa emendas para atender interesses próprios, diz professor

21/12/2025 16h45



Vereador do PT é preso após acusar PMs de receber propina em cidade no PI

21/12/2025 14h25



Sobre o UOL

[Conheça nossa história](#)

[Denuncie](#)

[Fale conosco](#)

[Imprensa](#)

[SAC](#)

[Segurança e privacidade](#)

[Termos de Uso](#)

[Aviso de Direitos autorais](#)

[Carreiras](#)

Para Você

[PagBank](#)

[Assine UOL](#)

[Tenha um email @uol](#)

[Bate-Papo UOL](#)

[UOL Antivírus](#)

[UOL Play](#)

[UOL Leia+](#)

[Clube UOL](#)

[UOL Resolve](#)

[UOL Sexo](#)

[UOL Wi-Fi](#)

[Assistência técnica](#)

[Passei Direto](#)

[UOL Educação](#)

[UOL Afiliados](#)

Para seu negócio

[Anuncie no UOL](#)

[Cloud Computing](#)

[Conecte](#)

[Crie seu Blog](#)

[Criador de sites](#)

[Loja VirtUOL](#)

[Dicas para o seu negócio](#)

[Venda sem maquininha](#)

[Email marketing](#)

[Email profissional](#)

[Hospedagem](#)

[Maquininha de cartão](#)

[PagBank](#)

[Registre um domínio](#)

Aplicativos

[UOL Notícias](#)

[Placar UOL](#)

[UOL Cotações](#)

[Bate-Papo UOL](#)

[UOL Mail](#)

[Meu UOL](#)

Assine UOL

Assine o UOL e tenha acesso ilimitado a notícias, vídeos e muito mais.

Telefone

4003-6118

Capitais

0800 703 300

Demais localidades

Baixe nossos apps

Siga UOL Notícias



1996 - 2025 UOL - O melhor conteúdo. Todos os direitos reservados. [Segurança e privacidade](#)